



USP ESALQ – DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO

Veículo: Gazeta de Piracicaba

Data: 23/11/2018

Caderno/Link: C6

Assunto: 6º AgTech Day dia 29 na Coplacana

6º AgTech Day dia 29 na Coplacana

Evento promove o networking entre os envolvidos no Vale do Piracicaba

A Coplacana, o Avance Hub, a EsalqTec e o Vale do Piracicaba, realizam o 6º AgTech Day no dia 29 de novembro, às 9 horas, na matriz da cooperativa em Piracicaba – cidade que abrange o ecossistema conhecido como AgTech Valley, o Vale do Silício da agricultura. Nesta edição, o evento aborda o tema “A nova agricultura sob a perspectiva do produtor rural”.

O evento é aberto ao público - com prévia inscrição gratuita pelo site www.agtechday.com.br. O 6º AgTech Day traz quatro ambientes onde serão realizadas diversas atividades co-

mo palestras, workshops e encontros que acontecerão simultaneamente na Sala de Treinamento, Auditório, Foyer e Sala de videoconferência da Coplacana.

O objetivo do evento é reunir especialistas em inovação, agronegócio e mostrar o quanto as novas tecnologias podem beneficiar os produtores e seus cultivos. “Estamos com uma grande expectativa na realização desse evento, onde sempre participamos como palestrantes ou mentores e, desta vez, vamos receber os experts em tecnologia e startups para que tragam as novidades do setor ao público, principalmente aos cooperados”, disse o superintendente da COPLACANA e diretor de Inovação do Avance, Klever José Coral.

Inscrições e informações: www.agtechday.com.br



Se esse artigo for implementado, de 7 a 15 milhões de hectares de área de floresta ficariam desprotegidos e sujeitos ao desmatamento legal. Isso porque outros estados da região, como Amazonas, Roraima e Acre, têm cerca de 80 milhões de hectares de terras públicas ainda não designadas.

A eventual destinação dessas áreas públicas para unidades de conservação ou terras indígenas também pode permitir a esses estados reduzir a proteção de propriedades privadas. Com isso, seriam abertas grandes áreas para o desmatamento legal e para expansão agrícola, apontam os pesquisadores.

"A remoção da proteção legal não significa automaticamente que essas florestas serão desmatadas. Mas é importante prestar atenção no contexto político atual, que sugere um enfraquecimento dos mecanismos de prevenção do desmatamento", diz Flávio Luiz Mazzaro de Freitas, doutorando no KTH Royal Institute of Technology e primeiro autor do estudo.

O estudo avaliou os possíveis impactos da redução da exigência de reserva legal de 80% para 50% na proteção de áreas de florestas em terras públicas e privadas na Amazônia por meio de uma base georreferenciada da malha fundiária brasileira.

Os pesquisadores sugerem que medidas legais adotadas no contexto do Programa de Regularização Ambiental podem ajudar a reduzir o risco de desmatamento extensivo.

"Esperamos que as constatações do estudo tragam mais clareza sobre a possibilidade de aumento de desmatamento legal na Amazônia e contribuam para a elaboração de ações e estratégias públicas e privadas que visem mitigar possíveis danos ambientais e sociais desse processo", diz Freitas.

Agência Fapesp

